



CONCURSO COMUM

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE 1 (UM) DE DIRIGENTE INTERMÉDIO

[Click aqui para se candidatar](#)

I.

Identificação da Entidade promotora

1. **Entidade promotora do concurso:** Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente (ICCA)
2. **Direção de Serviço/departamento:** Técnico e de Cooperação (DTC);

II.

Identificação do procedimento concursal

1. **Procedimento concursal N°:** 02/ICCA/2021
2. **Tipo de Concurso:** Procedimento Concursal Comum
3. **Modalidade quanto à origem dos candidatos:** Concurso Externo

III.

Função/ Nível/ Número de vagas / Quota para deficiente/Regime/

Natureza do vínculo/ Remuneração/

1. **Função:** Diretor Técnico e Cooperação
2. **Nível:** III
3. **Número de vagas:** 1
4. **Quota para pessoa com deficiência:** ***
5. **Natureza do vínculo:** Comissão de Serviço
6. **Remuneração ilíquida:** 102.662\$00

IV

Habilitações literárias de Base/Área de Formação

1. **Habilitações literárias de base:** Licenciatura
2. **Área(s) de formação:** Ciências Sociais, Psicologia, Sociologia e Serviço Social



V

Requisitos/perfil/disponibilidade/atribuições

1. São requisitos obrigatórios para o ingresso:

- a) Ter nacionalidade Cabo-verdiana, quando não dispensada pela constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter idade não inferior a 18 anos;
- c) Ter robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao específico exercício das respetivas funções;
- d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interditado para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- a) Ter habilitações literárias legalmente exigidas para o exercício do cargo e do desempenho das funções a ocupar.
- b) Ter experiência profissional, de pelo menos 3 anos ou ter Pós-graduação de nível de mestrado nas áreas solicitadas;

2. O candidato deve ter o seguinte perfil:

- a) Possuir Licenciatura em Ciências Sociais, Psicologia, Sociologia e Serviço Social;
- b) Conhecimento dos normativos legais que norteiam as ações do IGCA, designadamente, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatutos e PCCS do IGCA;
- c) Bons conhecimentos da Política Pública no domínio da Proteção da Criança e do Adolescente;
- d) Conhecimento da realidade socioeconómica cabo-verdiana, particularmente dos problemas psicossociais que afetem as crianças e adolescentes e suas respetivas famílias;
- e) Boa capacidade de expressão escrita e oral;
- f) Excelente capacidade para trabalhar num ambiente colaborativo e para desenvolver boas relações de trabalho;
- g) Apetência pelo trabalho em equipa;
- h) Elevado grau de motivação e de disciplina;



- i) Iniciativa, dinamismo, pró-atividade;
- j) Capacidade de gestão de prioridades e prazos;
- k) Forte sentido de ética e elevada integridade;
- l) Orientação para o utente;
- m) Capacidade de liderança
- n) Autonomia e iniciativa;
- o) Discrição e sigilo;
- p) Domínio avançado em Ferramentas do Microsoft Office: Excel; Word; Power Point, etc.

3. O candidato deve estar disponível para:

- a) Ocupar imediatamente o cargo;
- b) Exercer funções em qualquer lugar onde a entidade promotora tiver ou vier a ter os serviços

4. São atribuições do serviço onde o funcionário será afetado

- a) Estabelecimento de diretrizes a seguir pelos serviços públicos e privados no domínio da infância e do adolescente;
- b) Celebração de protocolos com serviços públicos e privados no domínio da infância e da adolescência;
- c) Acompanhamento e controlo das ações públicas e privadas no domínio da infância e da adolescência, de acordo com as diretrizes aprovadas.

VI

Apresentação de candidaturas

1. Forma e lugar de apresentação de candidaturas

[Click aqui para se candidatar](#)

- a) As candidaturas podem ser apresentadas em **formato papel** ou preferencialmente em suporte eletrónico.
- b) A **apresentação** da candidatura em **suporte papel** é efetuada na **recepção da Direção Nacional da Administração Pública- DNAP**, sendo que, no ato de recepção da candidatura efetuada presencialmente, é obrigatória a



emissão de recibo, que deve ser guardado.

- c) A **apresentação** da candidatura em **suporte eletrónico** é efetuada na plataforma eletrónica: **LimeSurvey** em utilização na DNAP, devendo os candidatos imprimir e guardar o correspondente recibo comprovativo.
- d) Na **apresentação** da candidatura ou de documentos **através de correio registado** com aviso de receção atende-se à **data do respetivo registo** para efeitos de contagem do prazo de impugnação.

2. Prazo para apresentação de candidaturas:

O **prazo** de submissão de candidatura é de, **10 (dez) dias corridos**, a **contar do 5º dia** da publicação do presente regulamento de concurso no site <https://dnap.gov.cv>, página eletrónica da DNAP.

3. Documentos a apresentar:

- 1. No ato de candidatura os candidatos devem **apresentar obrigatoriamente** os seguintes **documentos** e informações comprovativos da titularidade dos requisitos legalmente exigidos para o provimento das vagas a preencher:
 - a) Requerimento de candidatura, conforme **Anexo I**;
 - b) Fotocópia do documento de identificação;
 - c) Fotocópia do Atestado médico válido, para a prova da robustez física e perfil psíquico;
 - d) Fotocópia do Atestado de registo criminal válido, para a prova da habilitação para o exercício de funções públicas;
 - e) Fotocópia do Certificado de conclusão de curso ou formação realizado em Cabo Verde, ou Certificado de equivalência, em caso de curso ou formação realizada fora de Cabo Verde, para prova de habilitações literárias exigidas para o exercício do cargo e do desempenho das funções a ocupar;
 - f) Curriculum Vitae;
 - g) Comprovativo de Pós-Graduação para os candidatos sem experiência profissional
- 2. O candidato deve ainda apresentar:
 - a) Comprovativo de Pós-Graduação para os candidatos sem experiência



profissional requerida no perfil

3. A falta de documentos obrigatórios exigidos no regulamento de concurso, no dossier de candidatura, implica a exclusão do candidato na Verificação Documental.
4. Não se encontram abrangidos pela exclusão referida no número anterior os candidatos que não apresentem documentos obrigatórios cuja emissão depende de uma instituição, desde que a sua apresentação seja efetuada no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo de candidatura e devendo neste caso, o candidato juntar no lugar do documento o recibo comprovativo do pedido de sua emissão;
5. Na situação prevista no número anterior, o candidato deve enviar a documentação em falta através do endereço eletrónico: **concursos.publicos.rh@gmail.com** ou proceder à sua entrega na receção da DNAP, caso for apresentada em formato papel, **identificando a entidade promotora do concurso e o número de concurso ao qual se candidatou.**
6. **A DNAP não se responsabiliza pelas candidaturas que deixem de ser concretizadas na plataforma eletrónica por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que não sejam da responsabilidade da DNAP.**

VII

Verificação documental

1. Findo o prazo para a apresentação de candidaturas, procede-se à verificação documental.
2. A verificação documental consiste na atividade de verificação, da entrega pelos candidatos de todos os documentos considerados obrigatórios de acordo com o regulamento do concurso.
3. Na verificação documental, **são excluídos os candidatos** que:
 - a) Não procedam à entrega de pelo menos 1(um) dos documentos



- obrigatórios exigidos no concurso;
- b) Procedam à entrega dos documentos obrigatórios exigidos, fora do prazo estabelecido no regulamento do concurso;
 - c) Procedam à entrega de documentos obrigatórios exigidos fora dos respetivos prazos de validade.
4. O prazo de validade do **registo criminal é de 3 meses** de acordo com a Lei
 5. O prazo de validade do **atestado médico** para efeitos de concurso **é de 6 meses, se outro não resultar do próprio atestado.**
 6. Nesta fase, o Júri do concurso verifica ainda, a capacidade de o candidato com deficiência exercer a função, mediante a análise do documento médico oficial que comprove a deficiência.
 7. Finda a verificação documental, é elaborada a **lista final de candidaturas admitidas e não admitidas**, que deve conter de forma sucinta, as razões de exclusão dos candidatos e a indicação expressa do prazo para reclamação.

VIII

Métodos de seleção aplicados no concurso

1. Para efeito de seleção dos candidatos no presente concurso, são aplicados **obrigatoriamente** os seguintes métodos de seleção:
 - a) Triagem curricular;
 - b) Provas de conhecimentos;
 - c) Provas de avaliação de competências, motivações ou aptidões;
 - d) Entrevista de seleção.
2. Os métodos referidos no número anterior, são aplicados **de forma faseada**, por ordem de precedência com que são enunciados no número anterior e **têm carácter eliminatório.**
3. **Triagem Curricular** - visa avaliar os requisitos, as qualificações e a experiência profissional do candidato na área relevante para o cargo ou a função a desempenhar com base na análise do respetivo currículo profissional.
 - 3.1. **Na triagem curricular**, de acordo com as exigências da função em que se inserem as vagas a preencher, são obrigatoriamente considerados:



- a) **Habilitação Literária de Base (HLB)** – Licenciatura, e Pós-Graduação para candidatos sem experiência;
- b) **Experiência Profissional (EP)**, 3 (Três) anos, para o candidato que não tem pós-graduação.

3.2. **O resultado da triagem curricular** é expresso da seguinte forma:

- a) **Aceite**, quando o currículo do candidato se adequa ao perfil mínimo da função previamente definido no presente regulamento.
- b) **Não aceite**, quando o currículo do candidato não se adequa ao perfil mínimo da função previamente definido no presente regulamento.

3.3. No método de triagem curricular, **os candidatos são excluídos** pelos seguintes **motivos**:

- a) Não cumprimento dos requisitos definidos no perfil da função;
- b) Desadequação do perfil, da habilitação literária de base, da experiência profissional, da formação complementar ou de outros requisitos, face ao perfil da função.

3.4. Na Triagem curricular apenas são considerados os elementos cuja comprovação consta do dossier de candidatura.

4. Prova de Conhecimentos (PC) - visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício de uma determinada função.

4.1. As provas de conhecimentos, relativamente **ao conteúdo**, podem ser gerais ou específicas.

4.2. As provas de conhecimentos são de **natureza**: Teórica

3.5. As provas de conhecimentos são elaboradas com questões e desenvolvimento, de múltipla escolha e de lacuna.

4.3. As provas práticas de conhecimentos consideram os parâmetros de avaliação, tais como a perceção e compreensão da tarefa, a qualidade de realização, a celeridade na execução e o grau de conhecimentos técnicos demonstrados.

4.4. Os resultados das provas de conhecimentos são valorados na **escala de 0 a**



20 valores, com a valoração até às décimas, considerando-se **positiva** a pontuação **igual ou superior a 10 valores**.

4.5. O resultado da Prova de conhecimentos é expresso da seguinte forma:

- a) **Aprovado**, correspondendo-lhe a **pontuação igual ou superior a 10 valores**;
- b) **Não aprovado**, correspondendo-lhe a **pontuação inferior a 10 valores**.

4.6. No método provas de conhecimentos, **são excluídos** os candidatos que tenham obtido a classificação **inferior a 10 valores**, ou seja, **não aprovado**.

4.7. A **duração** da prova de conhecimento é de: 2h:00 (duas horas).

4.8. Na realização das provas de conhecimentos na forma escrita, é garantido o anonimato para efeitos de correção.

4.9. As **matérias para a prova de conhecimentos** serão indicadas no **anexo II**, que faz parte integrante deste regulamento.

5. Provas de avaliação de competências, motivações ou aptidões (CMA) -

destinam-se à recolha de informação sobre cada um dos candidatos, através de provas diversas, individuais ou de grupo, ou testes psicométricos, que permitem avaliar e comparar os diversos candidatos nas competências comportamentais, aptidões e motivações exigidas ou desejáveis para o desempenho da função na qual se inserem as vagas a preencher.

5.1. O resultado das provas de avaliação de competências, motivações e aptidões é valorado na **escala de 0 a 20 valores**, com a valoração até às décimas, considerando-se **positiva a pontuação igual ou superior a 10 valores**.

5.2. **O resultado** das provas de avaliação de competências, motivações e aptidões é expresso da seguinte forma:

- a) **Muito favorável**, correspondendo-lhe a **pontuação igual ou superior a 15 valores**;
- b) **Favorável**, correspondendo-lhe a pontuação de **10 a 14 valores**;
- c) **Não favorável**, correspondendo-lhe a **pontuação inferior a 10 valores**.



5.3. O método das provas de avaliação de competências, motivações e aptidões é aplicado por tranches de 10 candidatos por ordem decrescente de classificação respeitando a prioridade até à satisfação das necessidades.

5.4. No método provas de avaliação de competências, motivações ou aptidões, **são excluídos os candidatos** que revelem uma desadequação do perfil e ou da experiência profissional ou de outros requisitos, face ao perfil da função, e que tenham obtido a **classificação inferior a 10 valores, ou seja, não favorável.**

6. Entrevista - visa avaliar e comparar, numa relação interpessoal, as aptidões e motivações dos candidatos.

6.1. A aplicação da entrevista de seleção baseia-se num guião, composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido.

6.2. O resultado da entrevista de seleção é valorado na escala de **0 a 20 valores**, com a valoração até às décimas, considerando-se **positiva a pontuação igual ou superior a 10 valores.**

6.3. O resultado da entrevista de seleção é, expresso da seguinte forma:

a) **Muito favorável**, correspondendo-lhe a pontuação igual ou superior a **15** valores;

b) **Favorável**, correspondendo-lhe a pontuação de **10 a 14** valores;

c) **Não favorável**, correspondendo-lhe a pontuação inferior a **10** valores.

6.4. Na entrevista, **são excluídos** os candidatos que revelem uma menor adequação ao perfil, quando comparados com outros candidatos e que tenham obtido a **classificação inferior a 10 valores, ou seja, não favorável.**

IX

CrITÉrios de classificação preferencial

1. No presente concurso externo, em situações de igualdade de valoração, têm preferência na ordenação final:



- a) Os candidatos que tenham frequentado com aproveitamento o estágio profissional na Administração Pública.
 - b) Os candidatos com deficiência, desde que não impeditivos para o exercício da função, com preferência para os desempregados;
 - c) Os candidatos que se encontrem em situação de desemprego;
 - d) Os candidatos que tenham preferencialmente uma das formações complementares requerida no perfil;
 - e) O candidato que desempenhe funções ou resida fora do município em que se situa a entidade promotora do concurso, desde que nesse município ou em município limítrofe o cônjuge ou unido de fato tenha um vínculo com a administração pública ou com uma entidade de direito privada.
2. Subsistindo o empate, nas situações acima previstas o júri deve ordenar os candidatos preferencialmente em função da maior classificação obtida nos métodos de seleção pela ordem em que foram aplicados, quando outra forma de desempate não tenha sido publicitada no regulamento do procedimento concursal.
 3. A apresentação da prova de desemprego é efetuada no ato da entrevista final de seleção, através da declaração negativa de inscrição no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) ou declaração negativa de rendimentos da Repartição de Finanças do local da residência do candidato ou de qualquer dos seus serviços centrais.

X

Classificação e ordenação final dos candidatos após aplicação de cada método de seleção

1. Após a aplicação de cada um dos métodos de seleção, é **elaborada a lista** de classificação final **provisória** dos candidatos **excluídos** do concurso e **admitidos** à fase seguinte;
2. Findo os prazos para as reclamações e os recursos ou decididos os que forem interpostos o júri elabora as **seguintes listas** de classificação **final definitivas**:



- a) a lista de classificação final dos candidatos admitidos à etapa de aplicação do método seguinte;
 - b) a lista de classificação final dos candidatos excluídos do concurso.
3. Nos métodos de seleção em que **o resultado não é valorado** as listas de classificação final dos candidatos, são **ordenadas por ordem alfabética**.
 4. Nos métodos de seleção em que o **resultado é valorado na escala de 0 a 20** valores, as listas são **ordenadas por ordem decrescente**.
 5. Na elaboração das listas de classificação final dos candidatos, o resultado dos métodos deve ser expressa de seguinte forma:
 - a) **Aceite e não aceite** após a triagem curricular;
 - b) **Aprovados e não aprovados** após as provas de conhecimento;
 - c) **Muito favorável, favorável e não favorável** após aplicação das provas de avaliação de competências;
 - d) **Muito favorável, favorável e não favorável** após aplicação da entrevista de seleção;
 6. As listas de classificação final provisória, devem indicar os prazos e as entidades junto do qual o candidato interessado pode reclamar e, ou interpor recurso, em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

XI

Classificação e ordenação final dos candidatos no concurso

1. Após a aplicação de todos os métodos de seleção é elaborada a lista de classificação e ordenação final provisória dos **candidatos selecionados e não selecionados no concurso**.
2. A lista de classificação e ordenação **final provisória é unitária**, e indica:
 - a) A classificação final de cada candidato, ordenada por ordem decrescente;
 - b) A indicação dos prazos e da entidade junto da qual o candidato interessado pode reclamar e interpor recurso hierárquico em caso de discordância com a



sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

3. Findos os prazos para as reclamações e os recursos ou decididos os que forem interpostos, o júri elabora as **seguintes listas finais** definitivas:
 - a) Lista final definitiva de todos os candidatos **admitidos no último método** de seleção aplicado no procedimento concursal;
 - b) Lista final definitiva dos candidatos **excluídos** do concurso;
 - c) Lista final definitiva dos candidatos **selecionados** para o provimento das vagas abertas ao concurso;
 - d) Lista final dos candidatos que integram a **reserva de recrutamento** caso houver.

Os prazos e as entidades junto da qual o candidato interessado pode reclamar e, ou interpor recurso, em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

XII

Publicação dos resultados

1. As listas resultantes da verificação documental, da aplicação de cada um dos métodos de seleção, e classificação final são publicadas no site <https://dnap.gov.cv>, página eletrónica da DNAP.
2. A **notificação dos candidatos** é efetuada com a publicação da lista final provisória dos candidatos excluídos do concurso e admitidos à fase seguinte do procedimento concursal.
3. São ainda publicadas as informações relativas à data, hora, local e orientações para o programa das provas de conhecimentos, provas físicas, curso específico de formação, provas de avaliação de competências, a agenda de entrevista de seleção caso couber e quaisquer outras informações pertinentes cuja necessidade surja no decorrer do procedimento.
4. **A consulta das listas e das informações publicadas é da inteira responsabilidade do candidato.**

XIII



Acesso à informação

1. Para os **esclarecimentos** relativos à **publicação do regulamento, submissão das candidaturas e publicação das listas e recurso**, o candidato deve contactar a DNAP através dos números de telefone: 3337317/3337312 ou ainda através do endereço de correio eletrónico: concursos.publicos.rh@gmail.com
2. Para **as demais informações relacionadas ao concurso** o candidato deve contactar o presidente da comissão de gestão do processo de recrutamento da entidade promotora ou elemento da comissão designado como ponto focal para o procedimento concursal, através dos telefones: **2614522/5171554/55** ou através do endereço de correio eletrónico: concursorecrutamento@icca.gov.cv
3. Os candidatos podem ter acesso ao seu dossier de candidatura, prova de conhecimentos e grelha de correção na Sede do Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente entidade promotora do concurso sito na Cidade da Praia, Avenida Santiago – nº 28 Palmarejo, em frente à Ordem dos Engenheiros.

XIV

Reclamações

1. As **listas finais provisórias** dos candidatos excluídos do concurso, e admitidos ao método de seleção seguinte, elaboradas na sequência da verificação documental ou da aplicação de cada um dos métodos de seleção previstos no presente regulamento, **são passíveis de reclamação pelos candidatos.**
2. Apenas é aceite **uma reclamação** de exclusão de candidatos, desde que **se fundamente na existência de irregularidades ou incumprimentos das regras legais ou regulamentares** aplicáveis aos procedimentos concursais.
3. As reclamações dos candidatos **são apresentadas, nos seguintes prazos:**
 - a) **Três dias úteis**, após a publicação das listas de classificação final provisórias de candidatos admitidos e excluídos no termo da verificação documental ou da aplicação de cada um dos métodos de seleção utilizados;
 - b) **Cinco dias úteis**, após a publicação da lista provisória da classificação final do concurso.



As reclamações dos candidatos são **dirigidas ao Presidente do júri de concurso** e quando apresentadas em suporte papel entregue na Sede do Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente, da entidade promotora do concurso, sito na Cidade da Praia, Avenida Santiago nº28 - Palmarejo, no prédio em frente à Sede da ordem dos engenheiros, ou quando apresentadas por via eletrónica através do seguinte endereço de correio eletrónico: concursorecrutamento@icca.gov.cv

4. Em qualquer dos casos, deve o candidato imprimir e guardar o respetivo comprovativo.
5. A **decisão sobre a reclamação** deve ser proferida e comunicada ao candidato reclamante pela mesma via que este a apresentou, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar do dia seguinte à sua apresentação **sob pena de indeferimento tácito**.

XV

Recursos

1. As **decisões sobre as reclamações dos candidatos e as listas de classificação final definitiva** após a homologação do relatório de concurso **são passíveis de recurso pelos candidatos**.
2. Apenas é **aceite recurso** de exclusão de candidatos e de homologação da lista final definitiva dos candidatos, desde que **se fundamente na existência de irregularidades ou incumprimentos das regras legais ou regulamentares** aplicáveis aos procedimentos concursais.
3. **O recurso** dos candidatos é interposto no **prazo de cinco dias úteis**, a contar da notificação **da decisão proferida pelo júri de concurso sobre a reclamação ou da publicação da lista final definitiva**.
4. Os recursos dos candidatos em concursos abertos na Administração Pública Central, direta ou indireta, **são dirigidos ao dirigente máximo do Serviço Central**, quando apresentados em suporte papel na receção do Serviço Central ou quando apresentados por via eletrónica através do seguinte endereço do correio eletrónico: recursos.recrutamentos@gmail.com.



5. Em qualquer dos casos, os candidatos devem imprimir e **guardar o recibo comprovativo** da apresentação do recurso.
6. A **decisão** sobre o recurso interposto deve ser proferida e comunicada ao recorrente pela mesma via que este o interpôs, no prazo máximo **de 10 (dez) úteis** a contar do dia seguinte à sua apresentação, **sob pena de indeferimento tácito**.

XVI

Cessação dos procedimentos concursais

1. Os procedimentos **concurais comuns** cessam com o preenchimento das vagas constantes dos correspondentes anúncios de abertura ou quando as mesmas, não possam ser totalmente preenchidas por inexistência ou insuficiência de candidatos.
2. Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas pela entidade promotora do concurso pode, ainda, o concurso cessar por decisão do respetivo membro de Governo ou dirigente máximo, desde que não se tenha procedido à notificação da lista de classificação final dos candidatos.

XVII

Prazo de validade do Concurso

O presente concurso é válido pelo **prazo de dois anos** após a data **da publicação da lista de classificação final definitiva**.

XVIII

Integração dos candidatos na Reserva de recrutamento

Os candidatos selecionados no concurso, que não foram providos nas vagas abertas devido à limitação do número de vagas colocadas a concurso, integram a Reserva de recrutamento, por um período de dois anos a partir da data da publicação da lista de classificação final do concurso.

XIX

Data de publicação do regulamento

O presente regulamento foi publicado no dia 23 de agosto de 2023



ANEXO I do Regulamento de concurso

(a que faz referência ao ponto 3 n.º 1 alínea a) do Item VI do Regulamento)

Ao

Instituto Nacional da Criança e do Adolescente

Assunto: Apresentação de Candidatura

Entidade Promotora do Concurso (a):

Procedimento Concursal N.º (b): _____/_____/_____, publicado no B.O.
n.º _____ de _____/_____/_____.

(c):

_____ nascido (a) em _____/_____/_____, telefone (s) n.º (s) _____, residente em _____, ilha _____, endereço(s) de correio eletrónico _____

_____, vem, apresentar a sua candidatura no procedimento concursal supra referenciado, apresentando em anexo **(d):** ___ documentos exigidos no anúncio e no regulamento do concurso.

Por esta via declaro que, caso não seja selecionado no concurso, a entidade promotora deve proceder à destruição dos documentos constantes da minha candidatura, se, no prazo máximo de noventa dias, após a publicação do resultado final do concurso não proceder ao seu levantamento.

O (A) candidato (a)



Código referências.

- a) Introduzir o nome da entidade promotora
- b) Indicar o número do concurso conforme anúncio de concurso publicado no Boletim Oficial, a sigla do Departamento Governamental e o ano de abertura de concurso.
- c) Indicar o nome do candidato, a data de nascimento, o contacto telefónico, o local de residência e ilha, o endereço do correio eletrónico.
- d) Indicar o número de documentos anexo ao requerimento de apresentação de candidatura.



ANEXO II do Regulamento de concurso

(a que faz referência ao ponto 4.9 do Item VIII do Regulamento)

Matérias para a prova de conhecimentos

1. Legislações do setor:

- a) Estatuto de pessoal dirigente designadamente, tipos de cargos, perfil de ingresso, forma de recrutamento e provimento, substituição, formas de vinculação;
- b) PCCS do IGCA;
- c) Estatutos do IGCA
- d) Convenção sobre os Direitos da Criança, Carta Africana dos Direitos da Criança
- e) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- f) Lista dos Trabalhos Perigosos interditos às crianças e aos adolescentes (aprovada através da Lei n.º 113/VIII/2016 do BO n.º 15, I serie, de 10 de março de 2016).
- g) Lei de Base do Sistema Educativo de 2018 (Decreto-legislativo_nº_13_2018, de 07 de dezembro)
- h) Menores de idade em conflito com a Lei (aprovado em 2006, o novo regime tutelar para menores compreendidos entre os 12 e 16 anos e que sejam agentes de algum facto qualificado por lei como crime, pelo Decreto - Legislativo nº 2/2006, de 27 de novembro, que entrou em vigor em fevereiro de 2007) com as alterações realizadas no decreto-lei 12/2021 de 05 de Fevereiro
- i) Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - 2022-2024, (Aprovado pelo Conselho de Ministros em Agosto de 2021, com Publicação no BO nº 115 la serie de 19 de novembro de 2021)

2. Matérias específicas

- a) Conhecimento da formação da Nação Cabo-verdiana: Períodos marcantes na história de Cabo Verde (Tráfico de Escravizados, Colonialismo, Independência/Partido Único, Multipartidarismo)
- b) Estado de Direito Democrático: Direitos Fundamentais
 - a) Instituições vocacionadas para a proteção da Criança e Adolescente
 - b) Plano Nacional de Cuidados,



- c) Plano de saúde do Adolescente
- d) Regulamento dos Centros de Emergência Infantil existentes no país
- e) Diferença entre Crianças de Rua e Crianças na Rua
- f) Situação do Registo de crianças em Cabo Verde
- g) Diferença entre Paternidade e Parentalidade
- h) ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ligados à proteção das crianças
- i) Cidadania e Papel da Escola, família e Comunidades na proteção e formação da Criança e Adolescente

3. Da Administração Pública

- a) Valores Éticos da Função Pública;
- b) Deveres Gerais na função pública
- c) Modo de Vinculação à Função Pública;
- d) Decreto-Lei nº 01/2023, de 2 de janeiro: define as regras e procedimentos da Execução do Orçamento de Estado para o ano económico 2023 – Capítulo III Medidas de Políticas de Recursos Humanos.
- e) Lei nº 16/X/2022 de 30 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para o ano económico 2023 – Capítulo III Recursos Humanos;
- f) Lei de Bases da Função Pública – Decreto-Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho
- g) Regime de Mobilidade dos funcionários de Administração Pública: Decreto-lei nº 54/2009 de 07 de dezembro;

Outros

- a) Noções de Liderança,
- b) Noções de Planeamento, Elaboração e Gestão de Projetos.